

## **AGRICULTURA E PECUÁRIA FAMILIAR: (DES)CONTINUIDADE NA REPRODUÇÃO SOCIAL E NA GESTÃO DOS NEGÓCIOS**

Alessandra Matte<sup>1</sup>  
Rosani Marisa Spanevello<sup>2</sup>  
Adriano Lago<sup>3</sup>  
Tanice Andreatta<sup>4</sup>

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar os fatores que os filhos de agricultores e de pecuaristas familiares consideram importantes para a sua permanência como sucessores dos negócios e da propriedade familiar. A pesquisa foi realizada no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e foram entrevistados 64 jovens filhos de agricultores familiares e 22 jovens filhos de pecuaristas familiares que permanecem na propriedade rural. Existem fatores similares que inferem sobre a saída dos jovens das propriedades da família, contudo, entre as diferenças para essas categorias, está a sucessão tardia. Os resultados apontam para uma saída com remotas chances de retorno para filhos de agricultores familiares, que, mesmo com a perspectiva de receber a propriedade após a ausência dos pais, não pretendem retornar. Em contrapartida, na pecuária familiar, apesar da saída dos filhos, muitos pretendem retornar para a propriedade e dar continuidade à atividade quando encontrarem-se aposentados das atividades que exercerem fora do estabelecimento, realizando uma sucessão tardia.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Desenvolvimento rural; Pecuária familiar; Sucessão geracional.

## **AGRICULTURE AND LIVESTOCK FAMILY: (DIS)CONTINUITY IN SOCIAL REPRODUCTION AND BUSINESS MANAGEMENT**

### **Abstract**

The aim of this paper is to analyze the factors that the children of farmers and family farmers consider important for their stay as successors of business and family owned. The survey was conducted in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, where we interviewed 64 young children of farmers and 22 young children of family farmers that remain on the farm. There are similar factors to infer about the departure of young people in family properties, however, among the differences for these categories is late succession. The results point to a remote output return chances for children of farmers, even with the prospect of receiving the property after the absence of parents, do not intend to return. In contrast, in family farming, despite the departure of the children, many

---

*Recebimento: 27/9/2016 • Aceite: 1/9/2018*

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutoranda em Desenvolvimento Rural DocFix FAPERGS/CAPES, Porto Alegre – RS. E-mail: alessandramatte@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões – RS. E-mail: rspanevello@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutor em Agronegócios (CEPAN/UFRGS), professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões -RS. E-mail: adrianolago@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Palmeira das Missões -RS. E-mail: tani.andreatta@hotmail.com

would return to the property and continue the activity when they find themselves retired from activities that exercise outside the establishment, performing a delayed succession.

Keywords: Family farming; Rural development; Family livestock; Generational succession.

## Introdução

As categorias de agricultores e pecuaristas familiares têm ganhado destaque entre as instituições públicas de desenvolvimento rural pela sua importância socioeconômica e cultural, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. São categorias consideradas chaves para a produção de alimentos, na geração de empregos no meio rural e na manutenção de aspectos culturais e que apresentam características próprias no que se refere à sua reprodução socioeconômica.

A reprodução socioeconômica dessas categorias sociais obedece a uma lógica naquilo que se refere à gestão dos negócios e das propriedades, marcados pela organização dos recursos técnicos produtivos e dos recursos humanos. Os recursos técnicos produtivos envolvem os bens, como terras, maquinário, insumos, investimentos financeiros, comercialização, entre outros. Já os recursos humanos dizem respeito à mão de obra disponível nas propriedades, capaz de transformar os recursos técnicos em rendimentos financeiros que permitem a reprodução social da família. Outra especificidade dos recursos humanos é o fato de esta mão de obra ser familiar, ou seja, de pais e de filhos.

Ao longo das gerações, comumente, os filhos têm sucedido os pais na gestão dos negócios agrícolas e pecuários, por meio de um processo conhecido como sucessão geracional. Esse processo permite a continuidade dos negócios e da propriedade ao longo do tempo. No entanto, a desistência dos filhos para seguir na mesma ocupação dos pais e a desmotivação social e econômica para permanecer no campo têm levantado dúvidas quanto à disponibilidade e à renovação da mão de obra no meio rural, principalmente jovem. Como consequência, suscita dúvidas também quanto à continuidade dos negócios e das próprias propriedades.

Essas incertezas estão diretamente atreladas ao crescimento da migração juvenil no meio rural gaúcho. No Rio Grande do Sul, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), entre 1991 e 2010, visualizou-se uma redução de 548.490 habitantes no meio rural, expresso na taxa de -1,35% ao ano. Em 2000, 16% da população rural residente no estado gaúcho era considerado jovem, o que significa dizer que há menos jovens residindo no campo em relação à média geral do Brasil (aproximadamente 20%) (IBGE, 2015). Analisando a migração juvenil, conforme o Censo Populacional de 1991, a população jovem, de 15 a 24 anos, representava 17,8% do total da população gaúcha; em 2000, esse percentual baixou para 16% e em 2010 chegou a 14,6%, distribuídos em 46,7% de moças e em 53,3% de rapazes. Outro aspecto marcante desse decréscimo é que, em 2010, a população juvenil era inferior (14,6%) à população idosa (17%) presente no meio rural do Estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2015).

Os dados da pesquisa de Brumer e Spanevello (2008), com mais de 1600 jovens da região sul do Brasil pertencente à agricultura familiar, retratam que 26,8% das moças e 19,2% dos rapazes acreditam que nenhum membro de suas famílias permaneceria no meio rural. Ainda, em uma análise mais apurada desses mesmos dados, cerca de 55% das moças e 29% dos rapazes entrevistados não manifestam desejo de estabelecer residência no meio rural (BRUMER; PANDOLFO; CORADINI, 2008). Em estudo realizado por Matte, Spanevello e Andreatta (2016), as autoras apontam que os problemas sucessórios representam atualmente uma incerteza entre pecuaristas familiares do Sul do Rio Grande do Sul. Ao encontro desses resultados, Matte e Waquil (2013) apontam que, entre pecuaristas de corte do Sul do Rio Grande do Sul, 77% de seus entrevistados apontam que a ausência de sucessor representa atualmente uma situação de vulnerabilidade para a pecuária.

Um das consequências dessa falta de interesse dos jovens em permanecer no campo, especialmente como agricultores ou pecuaristas, está relacionada à tendência de os gestores atuais terem dificuldades em repassar o patrimônio e os negócios à próxima geração. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam que cerca de 67% dos produtores rurais gaúchos têm acima de 45 anos, sendo que a grande maioria está na função de gestor há mais de 10 anos, sem a perspectiva de repassar ou nem mesmo de exercer a gestão compartilhada com os filhos. No entanto, essa realidade não é apenas gaúcha e brasileira. Conforme Perrachón (2009), analisando os produtores uruguaios, 86% dos proprietários apresentam idade acima de 40 anos. Bourdieu (1962), verificando a situação

de países europeus como a França, apontava a existência de um grande número de propriedades sem sucessores no meio rural desse país, bem como um êxodo juvenil seletivo com maior disposição dos filhos homens permanecerem no campo em detrimento da maior saída das moças.

Diante das evidências, este artigo tem como propósito discutir a reprodução socioeconômica de propriedades caracterizadas como familiares, voltadas à produção agrícola e pecuária no contexto da região Norte e Sul do Rio Grande do Sul. De maneira mais específica, o objetivo é analisar os fatores que os filhos de agricultores e de pecuaristas familiares consideram importantes para a sua permanência como sucessores dos negócios e da propriedade familiar.

Para tanto, o artigo está subdividido em outras quatro seções. A seção seguinte busca realizar um levantamento teórico analítico em torno da agricultura e da pecuária familiar, bem como aspectos relativos à reprodução social. A terceira seção contempla os métodos utilizados para a realização da pesquisa e da análise dos resultados. Na quarta seção, são apresentados os resultados deste estudo, que são analisados e discutidos com o auxílio de estudos de outros autores. Por fim, algumas considerações finais em torno da pesquisa, do desenvolvimento rural e de futuras pesquisas relacionadas ao tema.

### **Continuidade na agricultura e na pecuária familiar: elementos para um debate**

Esta seção tem, em essência, dois propósitos. Um primeiro, de elucidar quais os elementos que aproximam e que diferenciam a agricultura e a pecuária familiar, principalmente relacionados a características do Sul do Brasil. Um segundo, de apresentar o que se sabe em torno da reprodução social para tais categoriais e quais os gargalos que serviram de orientação para a realização desta pesquisa.

### **Agricultura familiar e pecuária familiar: similitudes e diferenças**

Segundo dados do IBGE (2009), 84,4% do total de estabelecimentos brasileiros têm características familiares e ocupam 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários do país. No Rio Grande do Sul, 85,7% das propriedades agropecuárias são consideradas familiares e respondem por, aproximadamente, 57% do valor de produção no Estado (IBGE, 2009).

As atividades agrícolas de base familiar contribuem significativamente para o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente nas regiões em que a sua presença é mais intensa. A agricultura familiar é responsável por parte expressiva da produção de alimentos de subsistência no país, pela geração de empregos, pela preservação do meio ambiente e pela manutenção de relações sociais entre os indivíduos, consideradas um capital social valioso ao meio rural e ao próprio desenvolvimento como um todo (ABRAMOVAY, 2003). Em termos produtivos, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de feijão; 46%, do milho; 38%, do café; 34%, do arroz; 59%, do plantel de suínos; 50%, do plantel de aves; 30%, dos bovinos e 21%, do trigo (IBGE, 2009).

Para Wanderley (2001) e Ellis (1988), a agricultura familiar combina a propriedade dos meios de produção com o trabalho no estabelecimento, produzindo para seu consumo e para o mercado. A conjugação dessas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente. Uma das consequências dessa forma de agir é atender às necessidades do grupo doméstico e à reprodução das gerações subsequentes. Conforme Wanderley (2001, p. 24), por meio da correlação desses dois objetivos, resultam as características fundamentais da agricultura familiar: “a especificidade do processo, seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar”.

Em relação à pecuária familiar, atualmente o número de famílias pertencentes a essa categoria social no Rio Grande do Sul se aproxima de 60 mil, sendo que, na porção ao sul do estado – região do presente estudo e com maior concentração desses produtores –, esta categoria representa 70% do total de estabelecimentos rurais (EMATER/RS, 2014). A esse respeito, o Rio Grande do Sul possui 10 milhões de bovinos de corte. Desse montante, três milhões pertencem a pecuaristas familiares, o que redundará em 30% em rebanho de bovinos de corte do Estado em mãos desses produtores familiares (EMATER/RS, 2014).

O pecuarista familiar é considerado um tipo particular de produtor, tendo como principal atividade produtiva, mas não única, a bovinocultura de corte e a ovinocultura extensiva em pequenas áreas de terra. No contexto histórico de sua existência, enquanto categoria social, a pecuária familiar

faz parte de um processo coevolucionário estabelecido entre homem e natureza, o que tem definido, ao longo do tempo, espaços de convivência criados por relações contingenciais entre cultura e natureza (BORBA; TRINDADE, 2009; NESKE; ALMEIDA; RADOMSKY, 2013; NESKE, 2014). A consolidação da pecuária de corte, no sul do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto atividade produtiva, foi possível devido à existência de uma cobertura vegetal formada por extensas áreas de campos naturais. Decorrido um curso histórico de aproximadamente 300 anos, desde o período de colonização até os dias atuais, os campos naturais representam a base da alimentação dos animais, em que a conservação e a manutenção desses campos têm sido possíveis devido à presença de uma “cultura pecuária” localmente adaptada.

Os modos de produção da pecuária são marcados pela diversidade, podendo ser encontrados pecuaristas exclusivamente criadores de bovinos, outros em consórcio com ovinos e equinos, pecuaristas especializados em uma forma de criação, ou que têm ciclo completo, pecuaristas que têm as pastagens naturais como principal alimento para o gado, outros que optam por cultivar pequenas áreas de pastagens em períodos de escassez, entre tantas outras formas particulares de produção (MATTE, 2013; WAQUIL *et al.*, 2016). Diante dessas evidências, é possível encontrar famílias em que a pecuária pode estar sendo desenvolvida de forma exclusiva como também em conjunto com outras produções.

De maneira geral, a reprodução social e econômica dos pecuaristas familiares é representativa de uma condição camponesa<sup>5</sup>, em que é mais dependente das “trocas” estabelecidas com a natureza do que dos recursos mobilizados por meio dos mercados de insumos e serviços (NESKE; MIGUEL; BORBA, 2012; BORBA; TRINDADE, 2009). Como se pode observar, a pecuária familiar apresenta características que se assemelham à agricultura familiar, pela diversidade das atividades desenvolvidas, pela forma de organizar e de gerenciar os recursos produtivos, por seu modo de vida e por suas estratégias reprodutivas. Segundo Cotrim (2003), algumas das características em comum entre pecuarista familiar e agricultor familiar são o predomínio da mão de obra da família nas atividades produtivas e a lógica da reprodução social em que o(a) filho(a) assumirá o estabelecimento e as atividades produtivas.

Apesar da existência histórica de mais de três séculos, a pecuária familiar apenas recentemente foi reconhecida legalmente enquanto categoria social no Estado do Rio Grande do Sul. A Lei da Pecuária Familiar foi sancionada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul no Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011, regulamentando o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar – PECFAM –, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010. Conforme parâmetros propostos pela Lei, são considerados pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições: tenham como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos, e/ou de caprinos, e/ou de bubalinos e/ou de ovinos com a finalidade de corte; utilizem trabalho predominantemente familiar; seja proprietário ou arrendatário de estabelecimento com área não superior a 300 hectares; tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele e obtenham no mínimo 70% da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais.

Tedesco (2001) pontua que os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão de obra familiar organizada em torno da e para a família são elementos importantes para definir conceitualmente a agricultura familiar; o mesmo pode ser considerado para definir a pecuária familiar. A atuação desse conjunto de elementos é baseada em uma lógica que contempla tanto a produção (agrícola), como os valores e a tradição (patrimônio sociocultural). Nesse sentido, os membros das famílias de agricultores e de pecuaristas familiares operam dentro de uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e a reprodução dos estabelecimentos, por meio da permanência dos filhos no lugar dos pais.

### **A permanência dos filhos e a reprodução socioeconômica da agricultura e da pecuária familiar**

A formação da nova geração de agricultores/pecuaristas familiares tem início com a socialização do trabalho na propriedade familiar. Conforme Silvestro *et al.* (2001), na agricultura

<sup>5</sup> A condição camponesa consiste na luta por autonomia dos camponeses como uma forma de construção e de reprodução de seu meio de vida rural em um contexto adverso, caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2008).

familiar, os filhos e filhas integram-se nos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando em casa – desde muito cedo. Aos poucos, vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

Nesse sentido, a agricultura familiar configura-se como uma das atividades em que os filhos mais permanecem na mesma ocupação dos seus pais, embora a ocupação agrícola seja uma opção aberta para indivíduos de origens sociais diversas (rural ou urbana) (DIRVEN, 2001; SILVESTRO *et al.*, 2001; SPANEVELLO *et al.*, 2014). O mesmo ocorre com a pecuária familiar, entretanto a distorção da velha ordem sucessória tem sido recorrente nessa categoria, evidenciada por uma crescente saída de jovens do meio rural (MATTE; WAQUIL, 2013; MATTE; SPANEVELLO; ANDREATTA, 2015).

Um dos aspectos fundamentais da produção agrícola de base familiar é que o patrimônio e a gestão da propriedade são repassados de geração em geração (GASSON; ERRINGTON, 1993), ou seja, as propriedades são passíveis de sucessão – condição em que um dos filhos assume o lugar do pai, em caso de aposentadoria ou de falecimento dos gerentes (BLUM, 2001).

A permanência dos filhos na condição de sucessores familiares pode ser compreendida por meio de dois momentos distintos no tempo. No primeiro (anterior à década de 1970), as possibilidades sucessórias eram maiores e mais intensas. No segundo (período atual), a continuidade das propriedades passa por mudanças (especialmente pelo maior fluxo migratório juvenil), podendo não haver a sucessão. Na região sul do Brasil, até o final da década de 1960, a sucessão acontecia como um “processo natural”.

Conforme Abramovay *et al.* (1998), além de alimentos e matérias-primas, os agricultores produziam novos estabelecimentos no mesmo local onde viviam (por meio da repartição da área), ou por meio de compras de outras áreas de terra para instalar os filhos de forma independente. Esse padrão que garantia a permanência dos filhos, conforme Abramovay *et al.* (1998), Silvestro e Cortina (1998), era baseado em dois objetivos: assegurar a integridade do estabelecimento paterno e garantir a instalação dos demais filhos na agricultura.

De maneira geral, os estudos referentes à reprodução social das propriedades têm sido realizados em propriedades com características familiares. Considerando especialmente a região Sul do Brasil, podem-se citar os trabalhos de Woortmann (1995), Abramovay *et al.* (1998) e Silvestro *et al.* (2001) (região Oeste de Santa Catarina), Brumer e Spanevello (2008) (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), os quais apontam, de modo geral, as disparidades relacionadas aos posicionamentos dos filhos no tocante às perspectivas sucessórias, em que as filhas optam em ir para o meio urbano, enquanto os filhos buscam a permanência na atividade agrícola.

Ao analisar as estratégias de reprodução de agricultores sítiantes do Oeste de Minas Gerais e de colonos do Sudoeste do Paraná, Perondi (2016) constata que, em ambos os contextos, as estratégias reprodutivas foram similares, havendo uma preparação do sucessor e levando em consideração critérios como condição de convívio e indicativo de que receberam cuidados na velhice. O mesmo foi encontrado por Matte *et al.* (2012), entre pecuaristas familiares ao Sul do Rio Grande do Sul, que definem um sucessor, mas enfrentam dificuldades para que esse permaneça. Para os filhos de pecuaristas familiares, Matte, Spanevello e Andreatta (2015) destacam que os fatores que dificultam a permanência na propriedade e no meio rural são, principalmente, mas não unicamente, a dificuldade de matrimônio, dificuldades de acesso à educação, a própria redução da população no meio rural e a dificuldade de autonomia na propriedade, que permanece sendo administrada pelos pais.

Atualmente, para permanecer nas ocupações paternas, os filhos apresentam distintas demandas que passam pelas condições estruturais das propriedades, envolvendo questões como renda, gestão, organização e produtividade, tendo mais chances de obter sucessão as propriedades mais capitalizadas (SILVESTRO *et al.* 2001). Outros aspectos de ordem simbólica e social também são relevantes quando se pensa na perspectiva de permanência das novas gerações no campo: gostar da agricultura ou da pecuária, ficar com a família (pais), contato com a natureza, trabalhar sem patrão, entre outros (BRUMER; SPANEVELLO, 2008). Em estudo realizado no município de Itapejara d'Oeste, no Paraná, Kiyota e Perondi (2014, p. 1028) apontam que a sucessão familiar depende, principalmente, de projetos individuais dos filhos, pois a pressão moral dos pais é menos eficaz nos dias de hoje, por motivos como a “possibilidade jurídica de recorrer ao Código Civil para requerer espólios de herança quando o projeto de sucessão descontentar os herdeiros, e as

possibilidades de acesso à educação e ao mercado de trabalho que permitem a migração de pretensos sucessores”.

No entanto, embora o campo seja visto com um atrativo, os fatores de ordem econômica e produtiva têm um peso relevante na decisão dos filhos. Há uma tendência, quando se fala na permanência dos filhos, de que os mesmos, embora “gostem do campo”, não gostam de viver “do” campo, ou seja, do trabalho penoso, da ausência de férias, das tecnologias e da renda instável (SPANEVERELLO *et al.*, 2010; ANDREATTA; SPANEVERELLO, 2011). De acordo com Brumer (2014), houve mudanças importantes nos últimos anos na sociedade e principalmente no meio rural, o que tem levado a algumas mudanças nos padrões sucessórios, as quais merecem ser compreendidas. Em longo prazo, a saída de jovens e a não reprodução social implicam no surgimento de novas dinâmicas rurais e urbanas, as quais devem ser tratadas com cautela, pois impactam diretamente no abastecimento local de alimentos, nas dinâmicas de oferta e de demanda de mão de obra e, indiretamente, em um conjunto de outros fatores.

### Procedimentos metodológicos

As regiões Norte e Sul do Estado do Rio Grande do Sul apresentam diferenças tanto nos aspectos geográficos, históricos, socioculturais e econômicos devido à forma como ocorreram, inicialmente, suas ocupações e o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

A parte mais ao Sul do Estado teve uma ocupação inicial dada pela distribuição de terras pelo governo, em que se estabeleceram grandes propriedades voltadas unicamente ao sistema de produção de gado de corte. Os solos rasos, e em algumas regiões com afloramento rochoso, não eram favoráveis ao cultivo de lavouras, mas eram e continuam sendo extremamente favoráveis à criação de animais, isso por fazerem parte do bioma Pampa, característico por suas pastagens naturais, proporcionando um ambiente favorável à criação de bovinos e ovinos, tornando essa porção do Estado típica na criação pecuária extensiva. Com o passar do tempo e com a modernização das atividades, acentuaram-se as diferenças na forma de produzir dos próprios pecuaristas, sendo considerados os menos capitalizados, com menores capacidades de investimento e com maiores dificuldades sucessórias, os pecuaristas enquadrados como familiares (ANDREATTA; SPANEVERELLO, 2011).

Com relação à parte Norte do Estado do Rio Grande, o processo de ocupação ocorreu de forma distinta quando comparado à parte Sul. Na região Norte, a chegada dos imigrantes europeus deu início a uma agricultura de base diversificada, com produção animal (especialmente leite e suínos) e grãos (soja, milho e trigo), isso foi possível diante dos solos férteis e profundos, típicos do bioma Mata Atlântica. Nessa região, a agricultura diversificada é desenvolvida em propriedades que, na média, não chegam a 20 hectares (IBGE, 2009).

O local de estudo que compreendeu a região Norte foram os municípios de Barra Funda, Esperança do Sul e Taquaruçu do Sul. Nesses municípios, são cultivados soja e milho, além da atividade leiteira e da criação de suínos. Já na parte Sul foram selecionados os municípios de Bagé, Dom Pedrito, Pinheiro Machado e Piratini. Nesses municípios, os principais sistemas de produção são a bovinocultura de corte e a ovinocultura. Em todos os casos, foram visitadas propriedades familiares, definidas, para os municípios mais ao Norte, aquelas com até quatro módulos fiscais (segundo a definição da Lei nº 11.326 de 2006) e, para o Sul, aquelas com até 300 hectares de terra, conforme indicação da Lei da Pecuária Familiar, mencionada anteriormente.

A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a 63 filhos de agricultores familiares da região Norte e 22 filhos de pecuaristas familiares, da região Sul desse mesmo estado. O roteiro contemplou questões relativas aos fatores que os filhos de pecuaristas e dos agricultores familiares consideram importantes para a sua permanência nas propriedades paternas e que, quando não contemplados, acabam por direcioná-los a não permanecerem na propriedade.

Após a coleta de dados por meio das técnicas, procedeu-se à análise das informações colhidas. A primeira etapa contemplou a transcrição das entrevistas, pois, ao relembrar as conversas e os depoimentos dos jovens, foi possível incorporar um estágio analítico de familiarização dos dados (MAY, 2004). Com essa releitura, construiu-se uma primeira “moldura” da realidade atual dos filhos de agricultores e pecuaristas, destacando, *grosso modo*, as condições, as razões, as motivações, as diferenças e as semelhanças dos filhos para permanecer ou não permanecer nas propriedades paternas. Na segunda etapa, os dados foram analisados por meio da metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

## Sucessão para filhos de agricultores e de pecuaristas familiares: entre o ficar e o sair

Os resultados apontam que, mesmo em se tratando de categorias distintas, os fatores que levam os jovens a não permanecerem como sucessores são semelhantes. A perspectiva de continuidade ou não da agricultura/pecuária familiar bem como a ocupação de agricultor/pecuarista é influenciada por diversos fatores. Esses fatores estão entrelaçados e relacionados às condições sociais e econômicas da família, das propriedades e do meio rural, que auxiliam na permanência dos jovens, tanto no meio rural como na continuidade das atividades em si.

Estes fatores podem ser classificados da seguinte forma: familiares, estruturais das propriedades e estruturais do meio rural, conforme destacado no Quadro 1.

**Quadro 1:** Fatores que orientam e influenciam a permanência ou a saída de jovens filhos de agricultores e pecuaristas familiares das propriedades rurais

| Fatores Familiares   | Fatores Estruturais das Propriedades   | Fatores Estruturais do Meio Rural   |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Autonomia para gerenciar a propriedade</li> <li>- Reconhecimento da família</li> <li>- Independência financeira</li> <li>- Gostar da atividade</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso de tecnologias poupadoras de penosidade nas atividades</li> <li>- Renda estável e satisfatória</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Opções de lazer</li> <li>- Políticas públicas que incentivem os filhos de agricultores e pecuaristas a permanecerem no campo</li> <li>- Perspectivas matrimoniais</li> <li>- Presença de Universidades e escolas técnicas</li> <li>- Assistência técnica (associações e cooperativas)</li> </ul> |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando-se os **fatores familiares**, especialmente a autonomia para gerenciar os negócios, verifica-se que o grau de autonomia para a realização de atividades é um dos fatores que representa um importante pendulo decisório para o(a) filho(a) no contexto da propriedade. Poder realizar algum serviço ou tomar decisões sem necessitar da concessão dos pais é a vontade entre jovens filhos de agricultores e de pecuaristas familiares. Entre a maior parte dos entrevistados, não é possível tomar decisões sem antes pedir permissão aos pais. O que se pode observar, a partir do relato dos filhos, é que a postura dos pais está imersa em questões culturais relacionadas à tradição, ao passo que, permitindo-se que o filho tome decisões sozinho, poderia haver mudanças na forma de realizar as atividades ou, até mesmo, introdução de novas atividades produtivas. A ausência de autonomia para modificar até mesmo a forma de condução de uma atividade já existente na propriedade, no manejo dos animais ou na produção das lavouras, desestimula os filhos a permanecerem na propriedade e, em consequência, nem sempre os prepara de maneira plena para a condução de uma propriedade rural.

No trabalho realizado junto aos filhos de agricultores familiares no município de Barra Funda, verificou-se que, mesmo entre os que já são considerados sucessores, os pais apresentam resistência quanto ao gerenciamento dos negócios e mesmo à passagem definitiva da propriedade. Segundo os filhos entrevistados, quando perguntados sobre a fase do processo sucessório, responderam dividir a gestão da propriedade com o pai ou apenas trabalhar com pai. De maneira geral, o filho acaba exercendo um papel de “ajudante” aos olhos dos pais, não sendo considerada parte da gestão, mesmo sendo parcialmente proprietário. Os filhos que afirmaram já possuírem a gestão da propriedade ou ter a gestão com os acertos de herança realizados são aqueles sucessores (e seus pais) com maior idade comparativamente aos demais (destaca-se a faixa etária entre 35 a 45 anos entre os filhos e de mais de 60 anos entre os pais). Nesse sentido, ocorre a sucessão tardia, pois o pai só se retira do comando da propriedade quando não tem mais condições físicas de continuar com o trabalho.

Na lógica da sucessão tardia, a pecuária familiar se distingue da agricultura familiar, pois, em sua maioria, se o filho não casar e sair da propriedade, ele receberá a propriedade somente após a morte dos pais. O que afasta consideravelmente a possibilidade de sucessão. Essa lógica sucessória perdura há mais de 300 anos, desde a colonização da porção Sul do estado e, em raros casos, ela é

rompida. Por outro lado, na agricultura familiar, identificamos a divisão no controle de algumas atividades, por exemplo, a renda do leite ou dos suínos ficará ao filho responsável pela atividade. Nesse caso, os filhos tendem a buscar por uma área de terra própria. No caso da pecuária, a alternativa oferecida pelos pais, segundo os filhos, é a administração de um número de animais que passam a ser seus, mas são criados em parceria com os pais.

Nessa mesma lógica, está a independência financeira. Se os filhos não apresentam autonomia para gerenciar qualquer negócio ou mesmo efetuar a venda de produtos, fica claro que os mesmos não apresentam renda própria, sendo necessário solicitar recurso financeiro aos pais. No entanto, nem sempre os pais dispõem do montante solicitado pelos filhos para compra de objetos pessoais, ou mesmo para o lazer. Nesse contexto, os pais também parecem ter dificuldades em reconhecer o papel e a mão de obra dos filhos no trabalho e na geração de renda das propriedades, tratando-os como ajudantes. Analisando as entrevistas realizadas com os filhos de agricultores de Taquaruçu e de Esperança do Sul, outra questão em relação ao trabalho pode ser destacada: 100% das moças não desempenham nenhuma atividade relacionada à agricultura, destas, a metade tem emprego fora da propriedade e a outra metade não tem renda própria, mas estudam. Quando se analisa os rapazes, pode-se notar que todos ajudam na atividade e nenhum tem renda própria. Essa condição pode acentuar ainda mais a saída do jovem do meio rural que, geralmente, busca um salário mensal, e a procura por independência financeira dos pais alavanca a saída. Ao encontro desses resultados, Kischener (2015) identifica, entre filhos de agricultores familiares no Sudoeste do Paraná, que a permanência dos filhos enquanto sucessores é favorecida, principalmente, pela presença de uma renda própria aos jovens, pela existência de valores de comunidade e pela inclusão de seus projetos de vida no âmbito familiar.

Outro fator destacado pelos entrevistados como motivacional à permanência é o gosto pelas atividades desenvolvidas na propriedade, consistindo em um aspecto pessoal de cada filho e não necessariamente influenciado pelos pais. Portanto, não se acredita que os filhos de agricultores e de pecuaristas familiares devam seguir a mesma profissão que o pai e permanecer no meio rural, contudo o que os filhos destacam é a necessidade de condições adequadas para a permanência, quando a escolha do jovem é seguir no meio rural como agricultor ou pecuarista.

Os **fatores estruturais das propriedades** são vistos como importantes pelos jovens, assim como apontado em outros trabalhos, tais como o de Silvestro *et al.* (2001) e o de Spanevello *et al.* (2011), retratam que propriedades com maior grau de mecanização, capacidade de investimentos, acesso a créditos, maior renda apresentam maiores chances de obter a sucessão. O trabalho de Brumer e Spanevello (2008) retrata que, quando os filhos de agricultores familiares foram questionados sobre o que os levariam a não permanecer no meio rural, a resposta de rapazes e moças foi a mesma: renda baixa.

No caso da penosidade, a pecuária apresenta uma particularidade em relação à agricultura familiar. Na pecuária familiar, a principal atividade desenvolvida nos estabelecimentos é a criação de animais, entre eles a bovinocultura de corte e a ovinocultura, em sua totalidade são criados sob pastagens naturais. As atividades com os animais envolvem principalmente seu manejo entre as distintas áreas de pastagem, a dosificação contra parasitas internos e externos, a tosa dos ovinos, o controle e o acompanhamento de parições, a manutenção de cercas, entre outras tarefas. Distinto da agricultura familiar, em que as atividades exigem diariamente, em mesmos períodos, o fornecimento de alimento (em cochos, para suínos, aves e gado leiteiro), o preparo do alimento (concentrado, silagem), a limpeza dos ambientes (quando fechados em galpões, como na criação de suínos e aves), o manejo dos animais (ordenha), o cultivo das lavouras (pode ser feito pela família ou terceirizado), entre outros. Para os filhos de agricultores familiares, a penosidade da atividade é um fator com significância superior ao que consideram os filhos de pecuaristas familiares. Entre os filhos de agricultores, a aquisição de ordenhadeiras, tratores e outros utensílios são vistos como essenciais para sua permanência. Para a pecuária familiar, o principal instrumento de trabalho é o cavalo, utilizado como meio de transporte para manejar os rebanhos e, em poucos casos, um trator, para preparo de pequenas áreas de pastagens para o inverno, mas de maneira bem remota.

No referente aos **fatores estruturais do meio rural**, a necessidade de lazer é pertinente entre os entrevistados. No entanto, este lazer está diretamente associado à proximidade do urbano, além da demanda por novas formas de comunicação, como o acesso à internet. A limitação ao acesso da internet para quem mora no meio rural, segundo os filhos de pecuaristas entrevistados, é bastante presente, pois na cidade, indiscutivelmente, quase todos têm acesso a essa ferramenta, seja nas escolas, em casa, na casa de parentes/amigos ou até mesmo em espaços pagos para utilizar o serviço.



Sem dúvida, ter acesso à internet representa atualmente um processo de inclusão para esses jovens. Em suas concepções, a internet proporcionaria o contato com a realidade externa à vida na propriedade rural. Atualmente, a proporção de jovens agricultores e pecuaristas familiares com acesso à internet vem crescendo, mas ainda são significativamente baixos. Conforme dados levantados pelo Comitê Gestor de Internet do Brasil, Lobato e Aguiar (2014) destacam que, em 2013, 10% das propriedades rurais possuíam sinal de internet, um crescimento de 30% desde 2008, quando apenas 7% dos estabelecimentos rurais tinham sinal de internet.

Recentemente, foi criada uma resolução pela Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que facilita o acesso à internet e à telefonia fixa para as propriedades rurais. O propósito da medida é agir enquanto um dos mecanismos que garante a permanência do jovem no campo (COLLA, 2016). A proposta é que as propriedades rurais distantes 30 km da sede do município possam se inscrever e ter acesso ao serviço a preços acessíveis. Essa iniciativa é recente e precisa avançar para compreender melhor como será seu funcionamento e de que maneira os produtores familiares terão acesso a esse serviço. Outras estratégias de inclusão social para o meio rural já foram elaboradas, mas não obtiveram o êxito esperado, como é o caso das propostas de Territórios Digitais, dentro dos Territórios da Cidadania, conforme relatado por Estevão *et al.* (2010). Segundo Carneiro (2009), a construção de um ator político começa pela reivindicação de igualdade, no caso dos jovens rurais, liberdade de acesso a bens e a serviços oferecidos no meio urbano. Com relação às políticas públicas, é importante reforçar que, desde 2003, o governo brasileiro, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mantém linhas de crédito para os agricultores e pecuaristas familiares, com uma linha específica para os jovens. No entanto, como mostra o trabalho de Bumer e Spanevello (2008), esta linha de crédito é pouco conhecida pelos interessados. Mesmo assim, para os jovens, política de crédito não é a principal carência nem o principal meio para auxiliar o produtor rural. Para os entrevistados, gargalos no acesso aos mercados, no auxílio técnico às atividades produtivas e no enfrentamento a dificuldades sanitárias mereceriam maior atenção das políticas públicas.

As perspectivas matrimoniais são outro fator preponderante. Esse fator é mais comentado entre os filhos homens, tendo em vista a maior desistência das filhas no papel de sucessoras. Mas, antes mesmo que adentrar nesse aspecto, cabe aqui registrar que, entre as jovens entrevistadas, muitas delas gostariam de permanecer no meio rural, reproduzindo as atividades realizadas na propriedade dos pais e, em outros casos, concomitantemente a novas atividades. Entretanto, ainda há um estigma em torno da presença feminina enquanto gestoras de uma propriedade rural. Segundo Brumer (2014), esse permanece sendo um desafio para a sucessão geracional, romper com a lógica de que apenas homens podem ser os sucessores.

Retomando o debate matrimonial, diante desse cenário, os filhos homens têm dificuldades em constituir matrimônio com moças do meio rural, podendo (conforme cada região ou situação) sobressair a masculinização no meio rural. Essa condição aloca barreiras ao estabelecimento de relacionamentos e à criação de novas famílias pelos futuros sucessores, em razão da falta de parceiras no meio rural e das poucas chances de vinda de moças de fora daquela realidade (meio urbano, principalmente), tendo em vista a não atração pelo modo de vida rural, segundo os jovens. De acordo com Bourdieu (2000), a recusa das moças para casamento com filhos de agricultores reside na negativa de levar o mesmo modo de vida das suas mães. Portanto, a opção por migrar, entre as moças, envolve o atual contexto em que estão inseridas e que lhe serve de exemplo. Somado a isso, há o imaginário e as expectativas em torno do local para o qual almejam migrar. Entretanto, mesmo assim, foi possível constatar que a constituição de casamento ainda pode ser mais presente entre filhos de agricultores familiares, isso porque os municípios investigados têm pequena área territorial, o que permite que as mulheres possam se deslocar para cidades próximas e realizarem outras atividades. Diferentemente do que ocorre na pecuária, em que as distâncias são significativamente superiores, municípios com extensas áreas de terra, o que dificulta o deslocamento do meio rural até o meio urbano.

Parte dos filhos que pretende permanecer na atividade agrícola procura uma companheira para compartilhar com ele o trabalho. É nesse aspecto que se encontra um dos fatores com relativo valor dado ao conhecimento da atividade agrícola e o valor atribuído às jovens filhas de agricultores. Por outro lado, as filhas que pretendem sair não vêm um problema em estabelecer relação com rapazes que pretendem permanecer, desde que possam desenvolver suas atividades e não necessariamente precisem trabalhar no meio rural.

Ainda fazem parte das demandas dos filhos para permanecer no meio rural a necessidade de capacitação técnica e gerencial oferecida pelas universidades e/ou escolas técnicas, pouco presentes no meio rural ou distante das cidades de que fazem parte. Dentre os entrevistados, há um grupo que pode experimentar a presença da universidade em sua cidade, isso pelo contexto da expansão das universidades federais dos últimos anos. Alguns dos jovens entrevistados estavam cursando alguma graduação oferecida nessa instituição, em sua maioria cursos voltados ao meio rural, como Zootecnia e Agronomia. Para esse pequeno grupo, o reconhecimento da família e a possibilidade de conciliar um trabalho externo à propriedade, concomitantemente à continuidade das atividades no estabelecimento, representam um propulsor à permanência desses jovens. Para além disso, o curso tem permitido a ampliação do diálogo entre filhos e pais. As dificuldades de acesso a esses espaços de formação acabam agravando quando os filhos precisam deixar as propriedades para estudar, pois a demanda pela sua mão de obra é fundamental. De acordo com os jovens, há uma carência de políticas e de iniciativas de entidades ligadas a essas categorias sociais voltadas para o apoio e para a orientação aos jovens que almejam investir em atividades não agrícolas no meio rural, somada à carência na oferta de informações técnicas para melhorar as condições produtivas nas propriedades rurais.

Em estudo realizado na Noruega sobre a sobrevivência da agricultura familiar e os diferentes papéis dos membros da família, com duas gerações ou mais, uma da década de 1940 e outra da década de 1970, Brandth e Overrein (2013) apontam que, atualmente, continuidade na atividade rural representa uma preocupação iniciada com conflitos na forma de criação das crianças, resultante principalmente do acelerado processo de mudanças tecnológicas. Nas palavras dos autores, a maneira como uma criança se relaciona com a família e com as atividades realizadas pelos membros da família “muda simultaneamente com as exigências de competência para a sociedade, em que as crianças têm de aprender novas habilidades, a fim de estar apta para a vida mais tarde” (BRANDTH; OVERREIN, 2013, p. 99). Os autores constatarem que a participação das crianças no trabalho rural é uma maneira de prepará-las para o trabalho real, portanto é uma forma de assegurar o futuro da propriedade. Entretanto, as mudanças na forma de produção agrícola têm reduzido o tempo em que os pais passam próximos aos filhos, conseqüentemente têm impactado as práticas de criação das crianças, tendendo a enfraquecer os laços entre criança-pais-atividades produtivas. E quando se fala da participação da criação, refere-se à sua vivência com atividades na propriedade e não à passagem de responsabilidades para elas.

Cabe, aqui, ressaltar que os espaços em que a pecuária e a agricultura familiar são encontrados diferem em vários fatores; dentre eles, destacamos as distâncias e as características geográficas das realidades em que essas categorias se encontram. No caso da agricultura familiar, os municípios em que a pesquisa foi realizada têm áreas territoriais entre 60,03 km<sup>2</sup> e 148,38 km<sup>2</sup>, muito diferente dos municípios em que encontramos pecuaristas familiares, com tamanhos entre 1420,62 km<sup>2</sup> e 5192,10 km<sup>2</sup>. Em termos práticos, essas distâncias geográficas têm implicações diretas sobre as relações internas ao estabelecimento, bem como sobre a constituição de matrimônio, como relatado anteriormente.

Dentre os relatos, o acesso à educação é o que mais atinge os jovens. Na pecuária familiar é comum encontrar famílias em que a mãe e o(s) filho(s) migram para a cidade para que as crianças possam estudar, isso até alcançarem o acesso ao Ensino Médio completo. Essa mesma condição é relatada em estudo de Matte, Spanevello e Andreatta (2015) com filhos de pecuaristas familiares ao Sul do Rio Grande do Sul. Em estudo realizado por Ochoa, Oliva e Sáez (2007), na Espanha, os autores sugerem que a distância da propriedade rural em relação centro urbano mais próximo tem significativo efeito sobre a probabilidade de um filho permanecer na propriedade. Somada ao fator distância, os autores destacam que a ausência de acesso à educação técnica e superior também impacta negativamente sobre a permanência dos filhos, corroborando os resultados aqui apresentados.

Considerando as possibilidades sucessórias entre o conjunto dos entrevistados, verifica-se que 70% dos filhos de pecuaristas familiares pretendem assumir o papel de sucessores, enquanto os demais (30%) têm a pretensão de ter outra atividade profissional e não ser pecuarista, tampouco permanecer residindo no meio rural. Já entre os filhos de agricultores familiares, em torno de 62% pretendem assumir a propriedade rural de seus pais e dar continuidade às atividades desenvolvidas. No conjunto de filhos de agricultores que pretendem permanecer, a principal justificativa reside no fato de que a atividade desenvolvida nas propriedades, especialmente a bovinocultura de leite, possibilita boa fonte de renda, podendo oferecer um ótimo padrão de vida no meio rural. Entre os

filhos de pecuaristas familiares, a principal motivação está na satisfação de realizar a atividade pecuária, realizada em sua família há muitas gerações.

Entretanto, entre as duas categorias sociais existe uma importante diferença. De maneira geral, quando ocorre a sucessão entre agricultores familiares, essa se dá com os filhos ainda jovens e no período de constituição de suas famílias. Por isso, como dito por Brumer (2014), atualmente a sucessão na agricultura familiar da região Sul do Brasil tem se apresentado estável, não estando necessariamente em crise. Por outro lado, na pecuária familiar, há uma dinâmica particular. Em sua maioria, a sucessão é tardia, ao passo que os filhos saem da propriedade, constituem família e desenvolvem atividades externas ao estabelecimento. Nesse caso, o retorno e a sucessão ocorrem quando da aposentadoria do filho e do encaminhamento, agora, dos seus filhos. Em muitas das propriedades visitadas, esse foi o contexto encontrado. Esse tipo de sucessão só é possível na pecuária familiar, em que a principal atividade permanece a mesma ao longo do tempo e, diferentemente da agricultura familiar, não há incorporação de intensas mudanças tecnológicas e produtivas.

Somado a isso, apesar de os filhos se distanciarem por anos para constituírem seu próprio núcleo familiar, não deixam de acompanhar, mesmo à distância, os encaminhamentos dados à propriedade. Esse é um diferencial fundamental entre ambas as categorias, pois o que ocorre na pecuária familiar dificilmente será visto na agricultura. Isso acontece por dois principais fatores: as mudanças tecnológicas na forma de produzir e o grau de externalização das atividades. Enquanto na pecuária as mudanças centram-se mais na raça a ser utilizada e em algum novo medicamento, na agricultura as mudanças são mais intensas e, conseqüentemente, com custos mais onerosos. Portanto, enquanto a pecuária familiar utiliza como principal insumo (100% das propriedades visitadas) o campo nativo do bioma Pampa, a agricultura familiar tem uma significativa dependência de insumos externos, como alimentação, compra de medicamentos, tecnologias para a condução das atividades, adequação das instalações, adubos, sementes, ou seja, seu grau de dependência de insumos externos ao estabelecimento é muito superior à pecuária familiar.

Assim, elementos como esses devem ser levados em consideração ao se pensar e ao se propor políticas públicas de incentivo à permanência dos jovens filhos de agricultores e de pecuaristas familiares. Mesmo sendo similares, há importantes distinções entre ambas as categorias, principalmente sob dois aspectos: a distância das propriedades ao relação ao meio urbano, o que implica na forma de acesso ao ensino e nas atividades desenvolvidas nas propriedades e, portanto, seu grau de dependência de fatores externos.

## Considerações finais

A permanência do jovem do meio rural, tanto na agricultura familiar como na pecuária familiar, envolve um conjunto de fatores, entre eles a escolha e a vontade em permanecer no meio rural e na atividade. Entretanto, escolher permanecer não é suficiente, a escolha deve estar acompanhada da oportunidade para realizar sua vontade, desenvolver a atividade almejada e, sobretudo, de autonomia sobre suas ações e decisões na propriedade. Portanto, deve-se ficar atento ao fato de que a permanência não envolve tão somente a escolha do jovem, mas, sobretudo, a presença de condições para que esse possa exercer a atividade com liberdade. Entre os filhos entrevistados que não pretendem permanecer, existem jovens que não almejam seguir na atividade, contudo existem muitos jovens que construíram projeto em torno da vontade de permanecer, mas não tiveram as condições necessárias para isso. Por isso, no caso da pecuária, quando os jovens têm a oportunidade de retornar, mesmo que com idade avançada, é possível que haja retorno. Diferentemente da agricultura familiar, em que, nos raros casos de retorno tardio, a propriedade recebe um viés não produtivo e muito mais de lazer.

A permanência dos filhos de pecuaristas e de agricultores familiares nas propriedades rurais depende de um conjunto de fatores, entre fatores internos e externos. Entre os internos, o fator determinante é a forma como os pais passam ou passarão o patrimônio (terra, propriedade), se ocorrerá de maneira gradual ou se a passagem de fato acontecerá após a morte ou a enfermidade dos pais, impossibilitando a administração da propriedade. Soma-se a isso, a geração de uma renda satisfatória e distribuída aos membros do grupo familiar. Entre os fatores externos estão a demanda por políticas públicas, como as de compra de terras, de acesso à internet e de acesso à educação. A demanda por diferentes fatores torna as perspectivas de permanência complexa e a falta de sucessão levanta questionamentos sobre a própria tendência ou não da permanência no meio rural das

categorias de agricultor e pecuarista familiar no Rio Grande do Sul. Sobretudo, o que é indiscutível, é a importância da reprodução social desses grupos para o desenvolvimento rural brasileiro. A existência dessas categorias sociais pressupõe um conjunto de “serviços” para a dinâmica social, ambiental e econômica do país. Entre os pecuaristas familiares, podem ser elencados quatro principais elementos que reforçam a importância de sua reprodução: a) o papel desempenhado por esses produtores na conservação do bioma Pampa, em acelerada supressão por conta dos avanços de monocultivos sobre as áreas de pastagens naturais; b) o abastecimento de um mercado de animais para além dos limites municipais; c) a preservação e a reprodução da cultura do gaúcho; d) a produção para o autoconsumo, logo contribuem para a segurança alimentar. Não diferente disso, a agricultura familiar também apresenta elementos próprios que justificam e evidenciam a importância de sua reprodução social em longo prazo, entre eles: a) o abastecimento de um mercado local de alimentos e a produção para o autoconsumo, logo contribuem para a segurança alimentar; b) a reprodução e a manutenção de uma cultura de “colonos”; c) em muitos casos, tem sido precursora do avanço no cultivo de alimentos agroecológicos. Além disso, ambas as categorias familiares guardam um saber-fazer, repleto de conhecimentos tácitos próprios, que é preciso ser apreendido.

Em linhas gerais, verifica-se que não é só o fator econômico que translada os jovens do meio rural, evidencia-se a necessidade de repensar e reorganizar a vida social das famílias. Assim, os jovens reconhecem a necessidade de encontrar um(a) companheiro(a) que compartilhe das atividades na propriedade. Outro aspecto são as políticas públicas, como: política para melhorar as condições produtivas da propriedade e para compra de terras, escolas técnicas/profissionalizantes/ensino superior, recursos para investimentos em atividades não agrícolas no meio rural, iniciativas de entidades locais que apoiem o jovem e ofereçam informação técnica e organização em associações/cooperativas.

Acrescente-se a isso, a necessidade de o Estado, por meio de suas políticas públicas, reconhecer a diversidade de formas de reprodução social do país, pois, como evidenciado nos resultados deste estudo, entre a agricultura e a pecuária familiar no Rio Grande do Sul, existem importantes diferenças no que concerne à sucessão geracional no meio rural. Conjuntamente com o Estado, as representações de classe, como a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares) e a Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul), ambas ligadas à agricultura familiar, incorporando também a pecuária familiar, devem ficar atentas às demandas dos jovens e, principalmente, às questões que são externas à propriedade rural.

Assim, diante desse contexto, a saída de jovens e a não reprodução social das famílias representa mudanças para as dinâmicas produtivas do local, além de implicações para o meio urbano, principal responsável pelo papel de absorção da mão de obra saída do campo. Portanto, as implicações dessas mudanças atingem distintas instâncias sociais, econômicas e políticas e carecem, de forma premente, de maior atenção das instituições e das organizações locais e regionais envolvidas com a categoria social dos agricultores e dos pecuaristas familiares.

## Referências

ABRAMOVAY, R. *et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ANDREATA, T.; SPANEVELLO, R. M. As possibilidades sucessórias em estabelecimentos de pecuária de corte no estado do Rio Grande do Sul. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, p. 39-67, 2011.

ANDREATA, T. *Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

- BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. 3ª edição, Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 57-104.
- BOURDIEU, P. Célibatet condition paysanne. *Études Rurales*, Paris, n. 5-6, p. 32-135, 1962.
- \_\_\_\_\_. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação econômica*. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000. p. 93-119.
- BRANDTH, B.; OVERREIN, G. Resourcing Children in a Changing Rural Context: Fathering and Farm Succession in Two Generations of Farmers. *Sociologia Ruralis*, v. 53, n. 1, p. 95-111, Jan. 2013.
- BRUMER, A.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., Florianópolis, 2008, *Anais...* Florianópolis, SC, 2008. p. 1-7. [on line]
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. *Relatório de Pesquisa*. Porto Alegre; Chapecó: UFRGS; FetrafSul/CUT, 2000. 136p.
- BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A. de.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (Org.). *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: Presidência da República, 2014. p. 215-233. (Coleção juventude. Série estudos; n. 1)
- CARNEIRO, M. J. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Bogotá, v. 7, n. 1, p. 179-208, enero-jun. 2009.
- CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, Paris, v. 65, n. 65, p. 41-64, 1986.
- COLLA, C. Resolução facilita acesso a telefonia fixa e internet. *Folha do Mate - parceria com a comunidade*. Publicado em: 27 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.folhadomate.com/noticias/politica/resolucao-facilita-acesso-a-telefonia-fixa-e-internet>>. Acesso em: 29 fev 2016.
- COTRIM, M. S. “Pecuária familiar” na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem a situação socioeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu RS. 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2003.
- DIRVEN, M. *La herencia de tierras y lanecesidad de rejuvenecimiento del campo latinoamericano: propuestas preliminares*. Santiago do Chile. p. 1-26. 2001. Disponível em: <[www.iica.org.uy/redlat/docu17.doc](http://www.iica.org.uy/redlat/docu17.doc)>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- ELLIS, F. *Peasant economics: Farm households and agrarian development*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Pecuária Familiar*. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area/pecuaria.php>>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- ESTEVAO, P. *et al.* Inclusão digital e políticas públicas no meio rural: um estudo sobre os Territórios Digitais. In: CONGRESSOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande, MS: SOBER, 2010. p. 1-13. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1205.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.
- GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: CabInternational, 1993.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário de 2006*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2014.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo da População*, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- KISCHENER, M. A. *A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná*. 175 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2015.
- KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda?. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. *et al.* (Org.). *O mundo rural no Brasil do século 21*. 1ed. Brasília: Embrapa, v. 1, 2014. p. 1011-1045.
- LOBATO, F. H.; AGUIAR, E. L. de. Políticas e Iniciativas de Governo Eletrônico do Governo Federal brasileiro, uma reflexão a partir da série histórica da pesquisa TIC Domicílios. In: BARBOSA, A. F. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros* [livro eletrônico]: TIC domicílios 2014. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. P. 73-84. Disponível em: <[http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_Domicilios\\_2014\\_livro\\_eletronico.pdf](http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Domicilios_2014_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2016.
- MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, Antônio Marcos *et al.* (Orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21*. Unicamp/Embrapa, 2014. p. 1081-1100.
- MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processo*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito – RS. HOLOS, [S.l.], v. 1, p. 144-159, fev. 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964>>. Acesso em: 27 ago. 2016.
- MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Reprodução social na pecuária familiar. In: WAQUIL, Paulo *et al.* *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 265-284. (Série Estudos Rurais). Disponível em: <[goo.gl/rQInOS](http://goo.gl/rQInOS)>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- MATTE, A. *et al.* Perspectivas sucessórias na pecuária familiar no município de Dom Pedrito/RS: um estudo da percepção dos pais. In: SOBER Nordeste: Políticas Públicas, agricultura e meio ambiente, 7., 2012, Ilhéus/BA. *Anais...* Ilhéus/BA: SOBER Nordeste, 2012. p. 1-20.
- OCHOA, A. M. A.; OLIVA, V. C.; SÁEZ, C. A. Explaining farm succession: the impact of farm location and off-farm employment opportunities. *Spanish Journal of Agricultural Research*, v. 5, n. 2, p. 214-225, 2007.
- PERONDI, M. A. *Estratégias de reprodução social da família rural no Brasil*. 1. ed. Saarbrücken: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2016. v. 1. 166p.
- PERRACHÓN, J. Sucesión geracional em empresas familiares agropecuarias. In: GROSSKOFF, H. M.; CAMERONI, F. D (Org.). *Familias y campo: rescatando estratégias de adaptación*. Uruguay: Mastergraf, 2009. p. 115-126.
- RIBEIRO, C. M. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. 304 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N. Desenvolvimento rural sem jovens? *Agropecuária Catarinense*, Santa Catarina, v.11, n.4, p.5-8, 1998, dez./fev.1998.
- SILVESTRO, M. S. *et al.* *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis e Brasília: EPAGRI/NEAD, 2001.
- SPANEVELLO, R. M. *et al.* As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios e do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. *Revista do CCEI*, v. 14, p. 54-71, 2010.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A. A perspectiva dos pais quanto ao amparo na velhice: um estudo com agricultores familiares sem sucessores. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: MUNDO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO, 4., 2010, Curitiba. Anais... Curitiba, PR: REDE, 2010. p. 1-10. 1 CD-ROM.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* Os impasses no destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores no rio grande do sul. 52 SOBER Goiânia – GO, 2014.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e as implicações sucessórias na agricultura familiar. Revista de Ciências Humanas, v. 45, p. 291-304, 2011.

SPANEVERELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2008.

TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. 3ª ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p.21-55.

WAQUIL, P. *et al.* *Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. (Série Estudos Rurais). Disponível em: <goo.gl/rQInOS>. Acesso em: 15 ago. 2016.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.